

MOBIBRASIL TRANSPORTES SÃO PAULO LTDA.

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2024

MOBIBRASIL TRANSPORTES SÃO PAULO LTDA.

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2024

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Demonstrações dos valores adicionados

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Quotistas e Administradores da
Mobibrasil Transportes São Paulo Ltda.
São Lourenço da Mata - PE

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações contábeis da Mobibrasil Transportes São Paulo Ltda. (“Empresa”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e das demonstrações dos valores adicionados para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos, se houver, dos assuntos descrito no parágrafo a seguir, intitulado “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Mobibrasil Transportes São Paulo Ltda. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva

Adoção inicial CPC 06 (R2) - Contratos de arrendamento

O CPC 06(R2) - Contratos de arrendamento teve a aplicação requerida a partir de 1º de janeiro de 2019, tendo como principal impacto o reconhecimento e mensuração do ativo de direito de uso e passivo de contratos de arrendamento. Até a conclusão de nossos trabalhos, a Empresa não nos apresentou análise dos contratos de arrendamento, bem como não identificamos a aplicação da respectiva norma das demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2024. Caso a Empresa tivesse efetuado a análise dos contratos de arrendamento, certos elementos das demonstrações contábeis poderiam ter sido afetados de forma relevante. Os possíveis efeitos desse assunto não foram determinados.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Ênfase

Transação com partes relacionadas

Chamamos atenção para a Nota Explicativa nº 8 às demonstrações contábeis, que divulga que a Empresa realiza transações com partes relacionadas em condições determinadas entre elas. Desta maneira, as demonstrações contábeis devem ser lidas nesse contexto. Nossa opinião não contém ressalva relacionada ao assunto.

Outros assuntos

Demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro 2023

As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, apresentadas de forma comparativa às demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foram por nós auditadas e emitimos nosso relatório de auditoria datado de 25 de abril de 2024, que continham as seguintes ressalvas: Encargos sobre a folha de pagamento e Adoção inicial CPC 06 (R2) - Contratos de arrendamento.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas;
- Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Recife, 23 de maio de 2025.

MOBIBRASIL TRANSPORTE SÃO PAULO LTDA.

Balanços patrimoniais

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

Ativo				Passivo e patrimônio líquido			
	Nota explicativa	31/12/2024	31/12/2023		Nota explicativa	31/12/2024	31/12/2023
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	134.656	81.682	Fornecedores	12	18.034	17.657
Contas a receber de clientes	5	13.891	31.476	Empréstimos e financiamentos	13	92.019	69.105
Estoques	6	7.965	6.183	Obrigações trabalhistas	14	30.864	46.576
Adiantamentos	7	6.840	4.472	Obrigações tributárias	15	1.775	1.258
Mútuo com partes relacionadas	8	10.000	-	Parcelamentos tributários	16	6.796	6.667
Outros ativos	9	13.202	1.336	Processos cíveis e trabalhistas a pagar	17	6.536	2.929
		<u>186.554</u>	<u>125.149</u>	Outros passivos	18	12.695	658
						<u>168.719</u>	<u>144.851</u>
Não circulante				Não circulante			
Realizável a longo prazo				Empréstimos e financiamentos	13	163.873	82.154
Depósitos judiciais		229	180	Parcelamentos tributários	16	7.083	12.805
Mútuo com partes relacionadas	8	12.160	24.572	Provisão para contingências	19	5.971	5.184
Outros ativos		3.319	3.850	Passivo fiscal diferido	20	29.429	20.592
		<u>15.708</u>	<u>28.602</u>			<u>206.356</u>	<u>120.735</u>
				Patrimônio líquido			
Imobilizado	10	246.116	177.876	Capital Social		39.750	39.750
Investimentos	11	21.314	-	AFAC		3.000	-
		<u>283.138</u>	<u>206.478</u>	Reservas de lucro		51.867	26.290
						<u>94.617</u>	<u>66.040</u>
Total do ativo		<u><u>469.692</u></u>	<u><u>331.627</u></u>	Total do passivo e patrimônio líquido		<u><u>469.692</u></u>	<u><u>331.627</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

MOBIBRASIL TRANSPORTE SÃO PAULO LTDA.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	31/12/2024	31/12/2023
Receita operacional líquida	22	604.958	517.489
Custos dos serviços prestados	23	(518.255)	(434.582)
Lucro bruto		86.703	82.907
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	23	(11.462)	(10.872)
Despesas com pessoal	23	(8.518)	(5.963)
Outras receitas e despesas operacionais	23	21.368	(1.534)
		1.388	(18.370)
Resultado antes do resultado financeiro		88.091	64.537
Receitas financeiras	24	7.690	7.625
Despesas financeiras	24	(31.634)	(25.042)
		(23.944)	(17.417)
Resultado de equivalência patrimonial		(74)	-
Resultado antes do Imposto de Renda e da Contribuição Sindical		64.073	47.121
Imposto de Renda e Contribuição Social - corrente	25	(2.069)	-
Imposto de Renda e Contribuição Social - diferido	25	(8.837)	(16.665)
(=) Lucro líquido do exercício		53.167	30.456

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

MOBIBRASIL TRANSPORTE SÃO PAULO LTDA.

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido do exercício	53.167	30.456
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	<u>53.167</u>	<u>30.456</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

MOBIBRASIL TRANSPORTE SÃO PAULO LTDA.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de Reais)

	Capital Social	Reserva de retenção de lucro	AFAC	Lucros acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2023	53.000	12.388	-	-	65.388
Lucro líquido do exercício	-	-	-	30.456	30.456
Distribuição de lucros	-	(12.371)	-	-	(12.371)
Juros sobre capital próprio	-	(4.182)	-	-	(4.182)
Constituição de reservas	-	30.456	-	(30.456)	-
Redução de Capital Social	(13.250)	-	-	-	(13.250)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	39.750	26.291	-	-	66.040
Lucro líquido do exercício	-	-	-	53.167	53.167
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	3.000	-	3.000
Juros sobre capital próprio	-	(1.300)	-	-	(1.300)
Distribuição de lucros	-	(26.290)	-	-	(26.290)
Constituição de reservas	-	53.167	-	(53.167)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	39.750	51.868	3.000	-	94.617

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

MOBIBRASIL TRANSPORTE SÃO PAULO LTDA.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	31/12/2024	31/12/2023
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	53.167	30.456
Ajustes para conciliar o lucro líquido do exercício com o caixa gerado pelas atividades operacionais		
Depreciação e amortização	42.029	30.738
(Reversão)/constituição de provisões de contingências	787	(3.238)
Constituição de passivo diferido	8.837	16.665
Baixa na venda de imobilizado	2.871	3.054
Reversão de débitos previdenciários	(23.612)	-
Juros e variações monetárias incorrido e não pago	29.911	22.758
	<u>113.990</u>	<u>100.433</u>
Variações nos ativos e passivos operacionais		
Contas a receber de clientes	17.585	(4.224)
Estoques	(1.782)	990
Adiantamentos	(2.368)	(3.239)
Depósitos judiciais	(49)	117
Outros ativos	(11.335)	(902)
Fornecedores	377	(3.803)
Obrigações trabalhistas	7.900	12.468
Obrigações tributárias	517	(328)
Parcelamentos	(5.593)	(4.244)
Processos cíveis e trabalhistas a pagar	3.607	(1.394)
Outros passivos	12.037	(2.718)
	<u>134.885</u>	<u>93.156</u>
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de imobilizado	(137.572)	(9.875)
Aquisição de investimento	(21.314)	(236)
Subvenção pra investimento em frota	24.432	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	<u>(134.454)</u>	<u>(10.111)</u>
Fluxo de caixa nas atividades de financiamentos		
Captações de empréstimos	161.288	28.510
Pagamento de empréstimos e financiamentos	(86.567)	(62.355)
Distribuição de lucros	(26.290)	(12.371)
Adiantamento para futuro aumento de capital	3.000	-
Juros sobre capital próprio	(1.300)	(4.182)
Recursos líquidos provenientes de mutuos com partes relacionadas	2.412	7.492
Redução de capital social	-	(13.250)
Caixa líquido gerado/ (aplicado) nas atividades de financiamentos	<u>52.544</u>	<u>(56.156)</u>
	<u>52.974</u>	<u>26.889</u>
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		
Saldos iniciais de caixa e equivalentes de caixa	81.682	54.793
Saldos finais de caixa e equivalentes de caixa	134.656	81.682
	<u>52.974</u>	<u>26.889</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

MOBIBRASIL TRANSPORTE SÃO PAULO LTDA.

Demonstrações dos valores adicionados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	31/12/2024	31/12/2023
Receita bruta	612.918	528.497
(-) Insumos adquiridos de terceiros		
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(238.327)	(225.214)
(=) Valor adicionado bruto	374.591	303.283
(-) Depreciação e amortização	(42.029)	(30.738)
(=) Valor adicionado líquido	332.562	272.544
(+/-) Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	7.690	7.625
(=) Valor adicionado total a distribuir	340.252	280.171
Distribuição do valor adicionado		
Remuneração de pessoal e encargos sociais	(236.511)	(196.999)
	(236.511)	(196.999)
Impostos, taxas e contribuições		
Impostos sobre faturamento	(7.960)	(11.008)
Imposto de Renda e Contribuição Social	(10.906)	(16.665)
	(18.866)	(27.673)
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros passivos	(31.634)	(25.042)
	(31.634)	(25.042)
Remuneração de capitais próprios		
Dividendos e juros sobre capital próprio	(27.590)	(4.182)
Resultado de equivalência patrimonial	(74)	-
Lucros retidos	(25.577)	(26.275)
	(53.241)	(30.457)
Valor adicionado total distribuído	(340.252)	(280.171)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

1. Contexto operacional

A Mobibrasil Transportes São Paulo Ltda. (“Empresa”) está constituída sob a forma de sociedade por quotas de responsabilidade limitada e está estabelecida e domiciliada no Brasil, com sede na Estrada do Alvarenga, nº 4000 A - Balneário São Francisco - São Paulo, São Paulo - CEP: 04474-340. Possui duas filiais, sendo uma localizada na Avenida Engenheiro George Corbissier, nº 1100 - Jabaquara - São Paulo, São Paulo - CEP: 04345-001 e a outra na Rua Jorge Duprat Figueiredo, nº 148, Sala 01, Vila Paulista, São Paulo/SP, CEP 04361-000.

A Empresa tem por objeto social a exploração dos ramos de transporte coletivos de passageiros, de natureza municipal e intermunicipal, por veículos automotor de via terrestre e prestação de serviços de administração de bens e consultoria de gestão de frota.

Suas atividades relativas ao serviço de transporte coletivo de passageiros foram iniciadas a partir do mês de julho de 2010 após aprovação pelo poder concedente, a Prefeitura do Município de São Paulo, representada pela Secretaria Municipal de Transportes - SMT, para integrar o consórcio Unisul no contrato de concessão para prestação de serviços de transportes, cujo prazo de prorrogação da concessão foi encerrado em 21 de julho de 2017 e novamente prorrogado por mais 12 meses até 21 de julho de 2018, conforme 18º Termo de Aditamento ao Contrato 706/03 - SMT.GAB - AREA 6.

Em janeiro de 2019, através do processo nº 6020.2018/0006195-7, em caráter emergencial, foi assinado o Aditamento 003/19 - SMT.GAB - AREA 6, que prorroga por mais 180 dias a concessão, sendo sua vigência estendida até 17 de julho de 2019.

Em maio de 2019 foi assinado o contrato da concessão dos lotes AR6, contrato 035/19, SEI nº 6020.2019/0002410-7 e E5, contrato 024/19, SEI nº 6020.2019/0002399-2 ambas válidas por 15 anos.

Em 31/12/2024 a Mobibrasil Transportes São Paulo Ltda. incorporou a empresa Tupi Transportes Urbanos Piratininga Ltda, inscrita no CNPJ sob o número 61.380.101/0001-20 com registro na JUCESP em 13/02/2025 por meio do protocolo nº 0.452.327/25-8 e registro 54.370/25-5.

2. Base de preparação

2.1. Declaração de conformidade com relação às normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC)

As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A autorização para conclusão destas demonstrações contábeis foi dada pela Administração em 23 de maio de 2025.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Empresa. Todas as informações financeiras foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4. Uso de estimativas e julgamento

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões em relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

Aquelas estimativas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade referente às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota Explicativa nº 10: Imobilizado (expectativa de vida útil remanescente);
- Nota Explicativa nº 19: Provisão para contingências (reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos).

3. Políticas contábeis materiais

A Empresa aplicou consistentemente as políticas contábeis materiais descritas nas notas explicativas a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis.

3.1. Apuração dos resultados

O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência.

3.2. Instrumentos financeiros

3.2.1. Ativos e passivos financeiros não derivativos - reconhecimento e desreconhecimento

A Empresa reconhece os empréstimos, os recebíveis e os instrumentos de dívida inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação.

A Empresa não reconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Empresa nos ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo individual. A Empresa não reconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Empresa tem o direito legal de compensar os valores e tem a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.2.2. Ativos financeiros não derivativos - mensuração

A Empresa tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: caixa e equivalentes de caixa e recebíveis.

Recebíveis

Recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os recebíveis abrangem aplicações financeiras, contas a receber de clientes e outros créditos a receber.

O CPC 48/IFRS 9 substituiu o modelo de “perdas incorridas” do CPC 38/IAS 39 por um modelo prospectivo de “perdas de crédito esperadas”. O novo modelo de perdas esperadas se aplicará aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes - VJORA, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais e ativos contratuais. As provisões para perdas esperadas foram mensuradas com base nas perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro. As perdas estimadas foram calculadas com base na experiência real de perda de crédito nos últimos três anos. A Empresa realizou o cálculo das taxas de perda separadamente para cada segmento de clientes (corporativo, grandes clientes e administração pública).

Além disso, quando aplicável, foram consideradas as mudanças no risco de crédito seguindo avaliações de crédito externas publicadas.

Caixa e equivalentes de caixa

Abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos, a partir da data da contratação. Limites de cheques especiais de bancos que tenham de ser pagos à vista e que façam parte integrante da gestão de caixa da Empresa são incluídos como um componente redutor das disponibilidades para fins da demonstração dos fluxos de caixa.

3.2.3. Passivos financeiros não derivativos - mensuração

Os passivos financeiros são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

A Empresa tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores, outras contas a pagar e empréstimos e financiamentos.

3.3. Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no critério do custo médio ponderado.

O custo de aquisição dos estoques compreende o preço de compra, bem como os custos de transporte, seguro, manuseio e outros diretamente atribuíveis à aquisição de materiais e serviços. Descontos comerciais, abatimentos e outros itens semelhantes são deduzidos na determinação do custo de aquisição.

3.4. Imobilizado

Registrado pelo custo de aquisição, formação ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Empresa inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e na condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual. A depreciação dos ativos é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação à vida útil estimada de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método reflete o padrão de consumo de benefícios econômico futuros incorporados no ativo.

A vida útil estimada para os períodos correntes encontra-se apresentada na Nota Explicativa nº 8.

Os métodos de depreciação, a vida útil e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis de forma prospectiva.

3.5. Redução ao valor recuperável de ativos - Impairment

Ativos financeiros não derivativos (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável.

Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido à Empresa sobre condições de que a Empresa não consideraria em outras transações e indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência.

A Empresa considera evidência de perda de valor para recebíveis tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os recebíveis individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor específico. Todos os recebíveis significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Recebíveis que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva, a Empresa utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros excluem os estoques, o imposto de renda e a contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

O valor recuperável de um ativo ou a unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos as despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são, em grande parte, independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos – Unidade Geradora de Caixa (UGC).

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo ou sua UGC exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado.

3.6. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no momento do recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, são apresentados pelo custo amortizado, conforme Nota explicativa nº 10. Além disso, os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Empresa tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

3.7. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Empresa tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

3.8. Receita de Serviços

Quando a receita da prestação de serviços de transporte coletivo é confiavelmente estimada, a receita associada à transação é reconhecida tomando por base a proporção dos serviços prestados até a data do balanço e incluem a receita não faturadas reconhecidas ao valor justo da contrapartida recebida ou a receber e são apresentadas líquidas de impostos, abatimentos ou descontos incidentes sobre as mesmas. As receitas ainda não faturadas são reconhecidas com base na quantidade de passageiros transportados. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que for provável que os benefícios econômico-financeiros fluirão para a Empresa, quando a proporção dos serviços executados até a data do balanço puder ser confiavelmente mensurada, quando as despesas incorridas com a transação, assim como as despesas para concluí-la, puderem ser confiavelmente mensuradas e quando o valor da receita operacional puder ser mensurado de maneira confiável.

3.9. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras e variações do valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos. Juros de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, à construção ou à produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

A Empresa adotou o CPC 47/IFRS 15 usando o método de efeito cumulativo, com aplicação inicial a partir de 1º de janeiro de 2018. O princípio básico da norma estabelece um novo modelo para reconhecimento de receitas originadas de contratos com clientes, composto por cinco passos, cujos valores devem refletir a contraprestação à qual a entidade espera ter direito em troca da transferência de bens e serviços a um cliente.

A Empresa avaliou os cinco passos para reconhecimento e mensuração da receita, conforme requerido pelo CPC 47/IFRS 15:

- 1- Identificar os tipos de contratos firmados com seus clientes;
- 2- Identificar as obrigações presentes em cada tipo de contrato;
- 3- Determinar o preço de cada tipo de transação;
- 4- Alocar o preço às obrigações contidas nos contratos;
- 5- Reconhecer a receita quando (ou na medida em que) a Entidade satisfaz cada obrigação do contrato.

A Empresa analisou as seguintes receitas de contratos com clientes:

- Receita de prestação de serviços;
- Outras receitas.

Após análise detalhada dessas receitas, a Empresa concluiu que as mesmas são reconhecidas conforme contratos firmados, cuja obrigação de desempenho é atendida ao longo do tempo e o valor da contraprestação reflete o valor justo a receber no momento em que os serviços são efetivamente transferidos ao cliente.

Adicionalmente, o pronunciamento determina que a Empresa reconheça a receita originada de um contrato com cliente quando a possibilidade de recebimento for provável, considerando a capacidade e a intenção de pagamento do cliente. Sendo assim, havendo a expectativa de não recebimento, a respectiva receita será apresentada líquida, através de uma conta redutora. A Empresa avaliou os clientes com longo histórico de inadimplência e concluiu que o impacto não é material. Dessa forma, a Empresa monitora mensalmente tais recebíveis e os mesmos continuam a ser objeto de constituição de perda esperada de acordo com as políticas da Empresa.

3.10. Imposto de Renda e Contribuição Social

As despesas fiscais do período compreendem o imposto de renda e a contribuição social diferido. O imposto é reconhecido na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiver relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido.

Os encargos do imposto de renda e da contribuição social correntes são calculados com base nas leis tributárias em vigor ou substancialmente promulgadas, na data do balanço.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre diferenças temporárias decorrentes das diferenças entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras, ou de prejuízos ou créditos fiscais não utilizados.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados com base em alíquotas de imposto e leis fiscais em vigor, ou substancialmente promulgadas, na data-base das demonstrações financeiras.

O valor contábil do imposto de renda e da contribuição social diferidos ativos é avaliado anualmente e uma provisão para desvalorização é estabelecida quando o valor contábil não pode ser recuperado com base no lucro tributável, presente ou futuro.

3.11. Demonstrações de valor adicionado

A Empresa elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações contábeis conforme BR GAAP como informação financeira suplementar.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2024	31/12/2023
Caixa	54	128
Banco conta movimento	3.420	8.796
Aplicações financeiras	131.182	72.758
	<u>134.656</u>	<u>81.682</u>

Estão representadas por recursos aplicados, principalmente, em fundos de investimento de renda fixa, cujas rentabilidades tendem a se igualar à taxa CDI, sem vencimento predeterminado, podendo ser resgatados a qualquer momento pela Empresa, sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

5. Contas a receber de clientes

	31/12/2024	31/12/2023
SP Trans (a)	12.662	27.583
Outros clientes	1.229	3.893
	<u>13.891</u>	<u>31.476</u>

(a) Referem-se a contas a receber do serviço de transporte coletivo advindo da operação da concessão.

MOBIBRASIL TRANSPORTES SÃO PAULO LTDA.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Aging list do contas a receber:

	31/12/2024		31/12/2023	
	R\$	%	R\$	%
A vencer	13.891	98,73%	17.908	56,89%
Vencido até 30 dias	176	1,27%	13.565	43,10%
Vencido até 120 dias	-	0,00%	3	0,01%
	<u>13.891</u>	<u>100,00%</u>	<u>31.476</u>	<u>100,00%</u>

6. Estoques

	31/12/2024	31/12/2023
Combustíveis	1.500	1.164
Peças e acessórios	5.599	3.923
Outros itens do estoque	866	1.096
	<u>7.965</u>	<u>6.183</u>

Em 31 de dezembro de 2024, a Empresa não reconheceu provisão para obsolescência nos estoques de peças e acessórios por considerar que os valores não são representativos.

7. Adiantamentos

	31/12/2024	31/12/2023
Adiantamentos a empregados	2.185	2.081
Adiantamento a fornecedores	4.655	2.391
	<u>6.840</u>	<u>4.472</u>

8. Partes relacionadas

A Empresa é controlada pela Terra Transportes e Participações S/A., com 100% de participação no capital social. Além disso, a Empresa mantém relacionamento com outras partes relacionadas.

Os seguintes valores tratam-se das transações entre partes relacionadas:

	Ativo	
	31/12/2024	31/12/2023
Terra Transportes e Participações S/A (a)	22.160	6.961
Tupi Transportes Urbanos Piratininga Ltda.	-	17.611
	<u>22.160</u>	<u>24.572</u>
Circulante	10.000	-
Não circulante	12.160	24.572

(a) Valores referem-se a operação de contas correntes: Os saldos ativos e passivos trata-se de mútuos entre as empresas do Grupo MobiBrasil, os quais não incidem juros e atualização monetária.

MOBIBRASIL TRANSPORTES SÃO PAULO LTDA.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Movimentação dos valores entre partes relacionadas

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Saldo no início do exercício	24.572	32.063
Adiantamentos a partes relacionadas	112.864	(85.166)
Recebimentos de partes relacionadas	<u>(115.276)</u>	<u>77.675</u>
Saldo no final do exercício	<u><u>22.160</u></u>	<u><u>24.572</u></u>

Remuneração do pessoal-chave da administração

O pessoal-chave da Administração inclui todos os administradores da Empresa (diretores executivos e não executivos). Durante o exercício de 2024 e 2023 não houve remuneração paga ou a pagar ao pessoal-chave da administração por serviços prestados.

9. Outros ativos de curto prazo

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Impostos a recuperar	973	1.289
Sinistros a receber	3	2
Despesas Antecipada	160	45
Outros(a)	<u>12.066</u>	<u>1.336</u>
	<u><u>13.202</u></u>	<u><u>1.336</u></u>

(a) Representa ação judicial contra a empresa São Paulo Transporte S/A (SPTrans) cujo autor foi a empresa Tupi Transportes Urbanos Piratinga Ltda(Incorporada pela Mobibrasil Transportes São Paulo Ltda), e cujo Processo n°: 0428403-23.1998.8.26.0053 transitou em julgado em 05 de fevereiro de 2010 como consta das páginas 1144 e 1145 dos autos, aguardando o valor final da quantia a ser levantada em perícia judicial.

MOBIBRASIL TRANSPORTES SÃO PAULO LTDA.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Imobilizado

a. Composição

	Taxa de depreciação (a.a.)	2024		2023	
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Veículos operacionais	10%	485.782	(218.429)	267.353	174.028
Veículos auxiliares	5%	3.472	(2.409)	1.063	1.185
Móveis e utensílios	10%	827	(648)	179	151
Instalações e equipamentos	10%	2.284	(1.704)	580	687
Máquinas e ferramentas	10%	352	(260)	92	105
Equipamentos de informática	15%	4.380	(3.111)	1.269	1.691
Validadores, catracas e rastreadores	17%	3.120	(3.107)	13	29
Subvenção a apropriar			(24.433)	(24.433)	-
		<u>500.217</u>	<u>(254.101)</u>	<u>246.116</u>	<u>177.876</u>

MOBIBRASIL TRANSPORTES SÃO PAULO LTDA.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

b. Movimentação do imobilizado

Custo:	Saldos em 31/12/2023	Adições	Baixas	Saldos em 31/12/2024
Veículos operacionais (a)	362.031	136.965	(13.214)	485.782
Veículos auxiliares	3.314	284	(127)	3.471
Móveis e utensílios	767	60	-	827
Instalações e equipamentos	2.273	11	-	2.284
Máquinas e ferramentas	352	-	-	352
Benfeitoria em imóveis de terceiros	-	-	-	-
Equipamentos de informática	4.128	252	-	4.380
Validadores, catracas e rastreadores	3.120	-	-	3.120
	<u>375.986</u>	<u>137.572</u>	<u>(13.341)</u>	<u>500.216</u>
Depreciação:				
Veículos operacionais	(188.003)	(40.769)	10.343	(218.428)
Veículos auxiliares	(2.129)	(407)	127	(2.409)
Móveis e utensílios	(616)	(31)	-	(648)
Instalações e equipamentos	(1.586)	(118)	-	(1.704)
Máquinas e ferramentas	(247)	(13)	-	(260)
Benfeitoria em imóveis de terceiros	-	-	-	-
Equipamentos de informática	(2.437)	(674)	-	(3.111)
Validadores, catracas e rastreadores	(3.091)	(17)	-	(3.108)
	<u>(198.110)</u>	<u>(42.029)</u>	<u>10.470</u>	<u>(229.668)</u>
	<u>177.876</u>	<u>95.543</u>	<u>(2.871)</u>	<u>270.548</u>
Subvenção a apropriar (b)	-	(25.817)	1.385	(24.432)
	<u>177.876</u>	<u>69.726</u>	<u>(1.486)</u>	<u>246.116</u>

- a) Em 2024 foram adquiridos 80 ônibus novos, sendo 13 elétricos;
b) Valor refere-se receita de subvenção recebida do SPTRANS para investimento em frota elétrica, que será amortizada pelo mesmo prazo da depreciação.

MOBIBRASIL TRANSPORTES SÃO PAULO LTDA.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Investimentos

Valor refere-se a ágio na aquisição de quotas da empresa Tupi Transportes Urbanos Piratininga Ltda CNPJ 61.380.101/0001-20, adquirida em 19/08/2024 com alteração contratual registrada em 02/09/2024 por meio do protocolo 2.308.673/24-2.

12. Fornecedores

	31/12/2024	31/12/2023
Fornecedores de combustíveis	12.112	9.039
Fornecedores de materiais e serviços	5.922	8.058
Fornecedores de bens do imobilizado	-	560
	<u>18.034</u>	<u>17.657</u>

13. Empréstimos e financiamentos

a. Composição

Banco	Vencimento	Taxa de juros	Tipo	31/12/2024	31/12/2023
Banco do Brasil	2025	4% a.a + CDI	Giro	10.126	23.625
Banco do Brasil	2029	1,5% a.a	Giro	19.741	-
Banco Mercedes-Benz	2029	2,75% + SELIC a.a	Finame	15.410	16.820
Banco Mercedes-Benz	2032	3,09% + SELIC a.a	Finame	8.634	-
Banco Mercedes-Benz	2031	2,84% + SELIC a.a	Finame	54.991	-
Banco Mercedes-Benz	2025	3,18% + SELIC a.a	Finame	5.516	11.499
Banco Mercedes-Benz	2029	3,2% + SELIC a.a	Finame	17.293	19.424
Banco Mercedes-Benz	2025	3,39% + SELIC a.a	Finame	2.837	5.632
Banco Mercedes-Benz	2027	3,43% + SELIC a.a	Finame	7.813	9.657
Banco Mercedes-Benz	2027	3,54% + SELIC a.a	Finame	11.893	15.157
Bradesco	2029	2,65% + SELIC a.a	Finame	13.411	14.521
Bradesco	2031	2,74% + SELIC a.a	Finame	20	-
Bradesco	2031	2,74% a.a. + SELIC	Finame	390	-
Bradesco	2030	2,78% + SELIC a.a	Finame	345	308
Bradesco	2030	2,78% a.a. + SELIC	Finame	1.706	1.542
Bradesco	2031	2,84% + SELIC a.a	Finame	4.857	-
Bradesco	2031	2,84% a.a. + SELIC	Finame	25.018	-
Bradesco	2024	6% a.a.	Finame	-	1.617
Bradesco	2024	6,45% a.a.	Finame	-	665
Bradesco	2024	7,80 % a.a.	Finame	-	125
Bradesco	2026	8,24% a.a	Finame	1.447	2.773
Bradesco	2024	8,35% a.a.	Finame	-	572
Bradesco	2025	8,47% a.a	Finame	71	150
Itaú	2031	2,84% + SELIC a.a	Finame	14.714	-
Itaú	2024	6% a.a.	Finame	-	608
Mercedes	2029	9,14% a.a	Finame	4.859	-
Safra	2024	4,01% a.a. + CDI	Giro	-	1.875
Santander	2024	12,40% a.a	Leasing	-	251
Santander	2024	2% a.a + CDI	Giro	-	20.000
Santander	2027	2,30% + CDI	Giro	1.200	-
Santander	2027	2,30% a.a. + CDI	Giro	1.600	-
Santander	2025	2,70% a.a. + CDI	Giro	2.000	4.000
Santander	2024	6% a.a.	Finame	-	438
Votorantim	2025	1,50% + C.D.I	Giro	30.000	-
				<u>255.892</u>	<u>151.259</u>
			Circulante	92.019	69.105
			Não Circulante	163.873	82.154

MOBIBRASIL TRANSPORTES SÃO PAULO LTDA.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 31 de dezembro de 2024, a Administração não tem conhecimento de nenhum descumprimento de obrigação contratual que possa resultar em antecipação da dívida.

b. Cronograma de vencimento de longo prazo

Apresentamos, a seguir, o cronograma de desembolsos que deverá ser cumprido pela Empresa:

	2024	2023
2024	-	69.105
2025	92.019	37.660
2026	68.284	44.494
2027 em diante	95.589	-
	<u>255.892</u>	<u>151.259</u>

c. Movimentação do saldo de empréstimos e financiamentos

	2024	2023
Saldo no início do exercício	151.259	162.346
Captações	161.289	28.510
Juros incorridos	29.911	22.758
Amortizações do principal e juros	(86.567)	(62.355)
Saldo no final do exercício	<u>255.892</u>	<u>151.259</u>

14. Obrigações trabalhistas

	31/12/2024	31/12/2023
Salários a pagar	5.906	5.192
Provisões de férias e 13º salário	18.007	12.869
Encargos sociais	6.635	28.090
Contribuição Sindical	207	152
Outros benefícios e encargos	109	273
	<u>30.864</u>	<u>46.576</u>

15. Obrigações tributárias

	31/12/2024	31/12/2023
ISS	11	11
INSS	1.061	925
Imposto de renda	128	214
CSLL	542	-
PIS/COFINS	33	80
Outros impostos	-	28
	<u>1.775</u>	<u>1.258</u>

MOBIBRASIL TRANSPORTES SÃO PAULO LTDA.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Parcelamentos

Parcelamento	Nº Parcelamento	Vencimento	31/12/2024	31/12/2023
Parcelamento Pert Prev	625338499	dez/29	6.573	7.404
Parcelamento INSS	0097764966.24-73		211	-
RFB - INSS terceiros	13074-723172-2021-76	jan/26	415	1.008
RFB - INSS patronal	13074-723173-2021-11	jan/26	738	1.713
RFB - PARC. CP patronal	90841200023908212144	mai/26	215	339
RFB - PARC. SIMP -FAP-RAT	640696210	out/26	536	765
Parcelamento CPRB	10880-734890-2021-85	jun/26	1.854	3.362
Parcelamento CPRB	18186.720245.2021-24	jun/26	323	598
Parcelamento CPRB	18186-720922/2021-12	mai/26	601	949
Parcelamento CPRB	19679.416688.2021-34	ago/26	323	478
Parcelamento CPRB	19679.417482.2021-21	set/26	402	584
Parcelamento CPRB	19679.417944.2021-19	out/26	393	562
Parcelamento CPRB	19679.419342.2021-98	nov/26	404	568
Parcelamento CPRB	19679.419889.2022-74	dez/26	414	573
Parcelamento IPTU	17738447-6	out/26	35	48
Parcelamento IRRF	02110001200393773472388	abr/28	442	521
			13.879	19.472
		Circulante	6.796	6.667
		Não Circulante	7.083	12.805

No exercício de 2017, a Empresa fez adesão ao Programa especial de regularização tributário - PERT, aprovado pela Lei nº 13.496/2017, para pagamento em 145 meses, até janeiro de 2030. Os débitos incluídos neste parcelamento após as reduções e compensações legais previstas estão em fase de consolidação por parte do Fisco.

17. Processos cíveis e trabalhistas a pagar

	31/12/2024	31/12/2023
Processos trabalhistas	6.497	2.800
Acordos e indenizações cíveis	25	113
Honorários advocatícios	14	16
	6.536	2.929

Corresponde a valores de acordos e sentenças judiciais já transitados e julgados, pendente apenas de liquidação.

18. Outros passivos de curto prazo

	31/12/2024	31/12/2023
Utilidades de serviços	142	21
Adto de clientes	407	507
Compra de empresa (a)	12.066	-
Outros	80	130
	12.695	658

(a) Saldo a pagar pela aquisição da empresa Tupi Transportes Urbanos Piratinga Ltda. Que foi incorporada pela Mobibrasil Transportes São Paulo Ltda em 31/12/2024.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Provisão para contingências

Provisões

A Empresa é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas e cíveis. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão para as causas avaliadas com risco de perda provável, em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso, conforme segue:

	31/12/2024	31/12/2023
Cíveis	97	149
Trabalhistas	5.874	5.035
	<u>5.971</u>	<u>5.184</u>

Movimentação das provisões para contingências:

	2024	2023
Saldo no início do exercício	5.184	8.422
Novas provisões	787	1.816
Pagamento ou realização de provisão		(5.054)
Saldo no final do exercício	<u>5.971</u>	<u>5.184</u>

Passivos contingentes

A Empresa possui passivos contingentes relacionados a ações judiciais decorrentes do curso normal dos negócios, que foram avaliadas pela Administração e seus advogados e foram classificadas com risco de perda possível no montante de R\$ 6.326 (R\$ 5.122 em 2023). De acordo com as práticas contábeis, tais valores não são qualificáveis para registro contábil.

20. Passivo fiscal diferido

Foi constituída com base na razão de 15% de imposto de renda mais 10% para o adicional e 9% para contribuição social sobre os saldos remanescentes de diferenças temporárias, abatimento de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social a ser adicionada e/ou realizada da base tributável nos exercícios seguintes quando da realização.

Em decorrência dessa obrigação, foram contabilizados os correspondentes efeitos tributários de impostos de renda e contribuição social diferido no valor de R\$ 29.429 no exercício de 2024 (R\$ 20.592 no exercício de 2023).

MOBIBRASIL TRANSPORTES SÃO PAULO LTDA.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. Patrimônio líquido

O capital social em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 39.750 e estão representadas por 53.000.000 quotas, no valor de R\$ 1 cada, assim distribuídas conforme demonstrativo abaixo. Em 2024 foi constituído um aumento para futuro aumento de capital de R\$ 3.000 a ser integralizado em 2025.

	Distribuição do Capital	
	Integralizadas	%
Terra Transportes e Participações S/A	53.000	100,00%

22. Receita operacional líquida

	31/12/2024	31/12/2023
Receita Bruta		
Receita transporte coletivo	611.006	527.753
Receita de operação de terminais	1.912	744
	612.918	528.497
Deduções da receita bruta		
INSS sobre faturamento	(7.782)	(10.582)
Outros impostos	(178)	(426)
	(7.960)	(11.008)
	604.958	517.489

23. Custos e despesas por natureza

Natureza	31/12/2024	31/12/2023
Desconto órgão gestor	(1.412)	(787)
Gastos com impostos e taxas	(1.354)	(1.425)
Gastos com insumos	(211.508)	(185.882)
Gastos com manutenção de terminais	(3.079)	(3.034)
Gastos com pessoal	(236.511)	(196.999)
Gastos com serviços de terceiros	(12.954)	(16.396)
Gastos depreciação e amortização	(42.029)	(30.738)
Créditos tributos s/ depreciação	129	-
Gastos gerais	(16.628)	(9.755)
Provisões para contingências	(786)	3.237
Custas processuais e indenizações	(12.103)	(9.638)
Outras Receitas e despesas (a)	23.612	-
Receita (despesa) líquida de venda do imobilizado	(2.244)	(1.534)
	(516.867)	(452.951)
Classificados como:	31/12/2024	31/12/2023
Custo dos serviços prestados	(518.255)	(434.582)
Despesas gerais e administrativas	(11.462)	(10.872)
Despesas com pessoal	(8.518)	(5.963)
Outras receitas (despesas) operacionais	21.368	(1.534)
	(516.867)	(452.951)

(a) Refere-se à baixa de saldo do passivo decorrente de decisão monocrática reconhecendo o direito de recolher as contribuições sociais a terceiros sob o teto de 20 salários-mínimos.

MOBIBRASIL TRANSPORTES SÃO PAULO LTDA.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

24. Resultado financeiro

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	7.595	7.543
Juros ativos	71	45
Descontos obtidos	24	37
	<u>7.690</u>	<u>7.625</u>
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos	(29.911)	(22.758)
Juros sobre parcelamentos tributários	(1.241)	(1.660)
Encargos financeiros diversos	(482)	(301)
Despesas bancárias	-	(323)
	<u>(31.634)</u>	<u>(25.042)</u>
	<u>(23.944)</u>	<u>(17.417)</u>

25. Imposto de Renda e Contribuição Social corrente e diferido

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Resultado antes do IR/CSLL	40.461	47.121
IR/CSLL à alíquota nominal	34%	34%
	<u>(13.757)</u>	<u>(16.021)</u>
Efeito dos ajustes ao lucro tributável referentes às adições e exclusões	2.851	(644)
IR/CSLL no exercício	<u>(10.906)</u>	<u>(16.665)</u>

26. Instrumentos financeiros

a. Riscos associados aos negócios

A empresa está exposta a riscos diversos no ambiente de negócio em que atua como concessionária do serviço público de passageiros, porém com monitoramento e gestão estratégica permanentes da sua administração. No momento do encerramento das demonstrações contábeis as suas atividades encontravam-se operando dentro da normalidade perante as regras do contrato de concessão pública assumida com o poder concedente, mantendo as áreas de operação e manutenção de frota sobre controle, não sendo identificada situação de anormalidade passível de risco de perdas significativas sobre as operações e a continuidade da empresa que possam ter efeitos negativos relevantes a serem reconhecidos sobre as demonstrações contábeis.

Por ser concessionária e permissionária de serviço público dependerá da atualização de tarifas de forma justa para equalizar futuramente seus custos. Em maio de 2019 foi assinado o contrato da concessão dos lotes AR6 e E5 ambas válidas por 15 anos.

b. Riscos de créditos

Em relação aos instrumentos financeiros a empresa possui vários instrumentos, como: caixa e equivalentes de caixas através das operações de caixa e bancos (nota 4), contas a receber de clientes (nota 5), Empréstimos e financiamentos (nota 10) e demais contas a receber e a pagar, bem como partes relacionadas (nota 7), avaliados pelos valores de realização ou liquidação, sem riscos de variações significativas para serem recebidos e/ou liquidados ou atraso em suas contas. Os empréstimos e financiamentos contratados até a data do balanço foram contraídos em moeda nacional a taxas predeterminadas com recursos do Finame e estão ajustados aos valores atualizados pelos encargos cobrados e juros pró-rata tempore contabilizados de acordo com o regime de competência até a data do balanço, não estando sujeitos a oscilações de taxas de juros ou de mercado, assim como, não há na empresa instrumentos financeiros equiparados a derivativos sujeitos as variações de mercado.

As captações futuras de recursos para financiamentos de bens (renovação de frota) dependerão do cenário macroeconômico que regula as taxas de juros a serem confrontados com as tarifas do serviço de transporte a serem faturadas para o equilíbrio financeiro das suas contas, constituindo-se em fatores externos a serem administrados na continuidade dos negócios de acordo com a avaliação da administração da empresa.

27. Eventos subsequentes

A Administração da Empresa considerou que não houve outros eventos subsequentes à data de encerramento das demonstrações contábeis, ocorridas em 31 de dezembro 2024 até a data da conclusão das referidas demonstrações contábeis.